

Patrimônio cultural, sustentabilidade e participação: trajetória do Plano Diretor Participativo Campus USP Butantã 2024

Catharina Christina Teixeira*

Resumo A implantação do Campus da USP Capital, Butantã, inspirou-se no modelo norte-americano de universidade e consolidou-se, ao longo do tempo, por meio de uma sucessão de planos e projetos de orientação moderna e funcionalista. Essa forma de ocupação caracteriza-se pela baixa densidade, ausência de lotes, setorização acadêmica e adoção de edifícios pavilhonares, elementos que, juntos, imprimiram marcas estruturais no território. A resiliência desse espaço — reconhecido como patrimônio cultural da cidade — foi posta à prova durante a elaboração do Plano Diretor Participativo de 2024. Nesse processo, o patrimônio cultural foi avaliado tanto sob a perspectiva de sua gestão quanto de sua capacidade de adaptação às novas demandas educacionais e climáticas, sempre em alinhamento com as finalidades institucionais da Universidade. O presente artigo tem por objetivo apresentar o percurso de elaboração desse plano, destacando as pautas debatidas pelo Grupo de Trabalho Patrimônio, assim como as principais conquistas alcançadas.

Palavras-chave: Plano Diretor Participativo, Universidade de São Paulo, patrimônio cultural, sustentabilidade, participação social.

Patrimonio cultural, sostenibilidad y participación: trayectoria del Plan Director Participativo del Campus USP Butantã 2024

Resumen La implantación del Campus de la USP Capital, en el Butantã, se inspiró en el modelo estadounidense de universidad y se consolidó mediante una sucesión de planes y proyectos de orientación moderna y funcionalista. Esta forma de ocupación se caracteriza por la baja densidad, la ausencia de lotes, la sectorización académica y la adopción de edificios en pabellones, elementos que imprimieron huellas estructurales en el territorio. La resiliencia de este espacio —reconocido como patrimonio cultural de la ciudad— fue puesta a prueba durante la elaboración del Plan Director Participativo de 2024. En ese proceso, el patrimonio cultural fue evaluado tanto desde la perspectiva de su gestión como de su capacidad de adaptación a nuevas demandas educativas y climáticas, siempre en consonancia con los fines institucionales de la Universidad. Este artículo presenta el recorrido de elaboración del plan, destacando las discusiones del Grupo de Trabajo Patrimonio y los principales avances alcanzados.

Palabras clave: Plan Director Participativo, Universidad de São Paulo, patrimonio cultural, sostenibilidad, participación social.

Cultural heritage, sustainability, and participation: the trajectory of the 2024 Participatory Master Plan of the USP Butantã Campus

Abstract The development of the USP Capital Campus in Butantã was inspired by the North American university model and gradually consolidated through a succession of modern and functionalist plans and projects. This pattern of occupation, characterized by low density, the absence of parcels, academic sectorization, and the adoption of pavilion-type buildings, produced enduring structural marks on the territory. The resilience of this space—recognized as cultural heritage of the city—was tested during the preparation of the 2024 Participatory Master Plan. In this process, cultural heritage was examined both in terms of its management and its capacity to adapt to emerging educational and climatic demands, always in alignment with the University's institutional purposes. This article aims to present the trajectory of this plan's development, highlighting the discussions undertaken by the Heritage Working Group as well as the main achievements obtained throughout the participatory process, contributing to broader campus planning debates.

Keywords: Participatory Master Plan, University of São Paulo, cultural heritage, sustainability, social participation.

OPlano Diretor Participativo do Campus USP Capital Butantã 2024 (PDP 2024) foi elaborado ao longo de 2024, aprovado em março de 2025 pelo Conselho Universitário da USP (USP, 2025). Sua construção contou com oito Grupos Técnicos (GTs) — GT1: Mobilidade; GT2: Energia; GT3: Água; GT4: Resíduos; GT5: Patrimônio Material, Cultural e Ambiental e Diretrizes Construtivas e Urbanísticas; GT6: Áreas Verdes e Fauna; GT7: Convivência, Segurança, Pertencimento e Relação com a Cidade; e GT8: Coordenação — que atuaram em quatro fases: levantamento técnico e participativo; propostas e diretrizes; consolidação; e aprovação. As três primeiras fases incluíram oficinas participativas com docentes, discentes, funcionários e trabalhadores terceirizados.

Na etapa de propostas e diretrizes, foram definidos oito eixos estruturantes, transversais ao conteúdo de cada GT: Caminhos e Encontros; Ambiência e Patrimônio Cultural; Áreas Verdes e Campus Parque Multiespécies; Zoneamento Interno; Campus e Cidade; Infraestrutura e Serviços; e Sistema de Planejamento, Gestão e Governança do Campus, que formaram a estrutura final do plano (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2024).

Este artigo concentra-se nas questões tratadas pelo GT Patrimônio Material, Cultural e Ambiental e Diretrizes Construtivas e Urbanísticas, considerando o levantamento técnico e as contribuições do processo participativo. O objetivo do grupo foi abordar os limites e capacidades do patrimônio cultural do campus, em suas múltiplas dimensões, bem como o uso, a preservação e a expansão do conjunto arquitetônico, urbano, paisagístico e ambiental voltado ao ensino, à pesquisa, à cultura e à vivência universitária.

Um dos pontos iniciais do levantamento técnico foi a análise do marco legal referente ao patrimônio cultural brasileiro, conforme definido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, art. 216). Este dispositivo concebe o patrimônio cultural como o conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a identidade, a ação e a memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Reconhece-se, assim, a relevância dos bens culturais materiais e imateriais existentes na Universidade de São Paulo.

Além da Constituição Federal de 1988 e da Carta de Brasília, destaca-se o Decreto nº 3.551, de 8 de agosto de 2000, que regulamentou o registro e a valorização de bens imateriais por meio dos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares (BRASIL, 2000).

Outro marco relevante para a compreensão dos bens materiais é a Carta de Brasília (IPHAN, 1998), resultado de seminário promovido pelo IPHAN, que concebe o patrimônio cultural como elemento vivo, sempre em diálogo com as comunidades e suas práticas — conceito reafirmado por Canclini (2000), ao destacar o dinamismo do patrimônio, continuamente influenciado e transformado pelos usos e pelo tempo.

* Catharina Christina Teixeira é Arquiteta e Urbanista, Pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-2928-2414>>.

Levantamento técnico e participativo

¹O campus da USP, localizado no bairro do Butantã, foi denominado CUASO (Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira) desde sua fundação. No âmbito do PDP 2024, passou a ser designado como Campus USP Capital – Butantã, utilizando-se a sigla CUSP-CB. Dessa forma, o presente texto emprega CUASO ao tratar de situações históricas e CUSP-CB para o diagnóstico e as proposições atuais do PDP 2024.

A Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” (CUASO¹)

A Universidade de São Paulo (USP) foi fundada pelo Decreto Estadual nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934 (SÃO PAULO, 1934), assinado por Armando de Salles Oliveira, consolidando o projeto político da elite paulista voltado à formação erudita de inspiração europeia (XAVIER, 1999). À época, os institutos de ensino superior funcionavam isoladamente no centro da capital, como a Faculdade de Direito (1827), a Escola Politécnica (1894), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1899), a Escola Superior de Agricultura (1899), a Faculdade de Medicina (1913), a Faculdade de Medicina Veterinária (1928) e a Faculdade de Educação (1933). Em 1934, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), seguida pelo Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e pela Escola de Belas Artes. Segundo Xavier (1999), o modelo educacional vigente previa uma formação básica para as classes populares, enquanto o ensino superior era reservado às elites. Essa concepção era defendida pelo “Grupo do Estado” ou “educadores profissionais”, formado por jornalistas, profissionais liberais e políticos do Partido Democrático.

A história do Campus Butantã teve início em 1935, quando o governador Armando de Salles Oliveira nomeou uma comissão presidida pelo primeiro reitor da USP, professor Reynaldo Porchat, para estudar a localização da futura Cidade Universitária, visando reunir todas as unidades em um único território. O engenheiro Ernesto de Souza Campos foi um dos principais responsáveis pelo planejamento, defendendo a necessidade de uma área ampla e sugerindo a aquisição de 100 alqueires, com base em universidades norte-americanas.

Após anos de estudos, conforme relata a Prefeitura do Campus Capital (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1985), a CUASO foi implantada em dois grandes terrenos: um entre a Adutora de Cotia e o Ribeirão Jaguarié, desmembrado da antiga Fazenda Butantan e adquirido em 1941; e outro entre a nova e a velha Estrada de Itu, desapropriado em 1944. Juntas, essas áreas somavam cerca de 4.700.000 m², equivalentes a aproximadamente 200 alqueires paulistas (Figura 1). Localizada na zona oeste da capital, a região ainda preservava características rurais e se encontrava afastada do tecido urbano, favorecendo uma vida acadêmica reclusa, como se pretendia.

Em 1944, foi criada a comissão responsável pela construção da Cidade Universitária, mesmo ano em que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) iniciou as obras de seu laboratório. Dessa comissão surgiu o Escritório Técnico, encarregado dos primeiros projetos de infraestrutura e edificações.

A construção do campus dependia de recursos do governo estadual e estava condicionada ao planejamento de investimentos e às políticas educacionais. Esse contexto resultou em uma implantação lenta e fragmentada, gerando uma diversidade arquitetônica que reflete diferentes períodos da chamada Escola Paulista de Arquitetura, a qual, segundo Zein (2006), corresponde a uma produção desenvolvida entre as décadas de 1950 e 1970, caracterizada pelo rigor construtivo, valorização da estrutura aparente e pelo uso expressivo do concreto armado. Como destaca Cabral (2004, p.123), “esses projetos são documentos de época, indicando

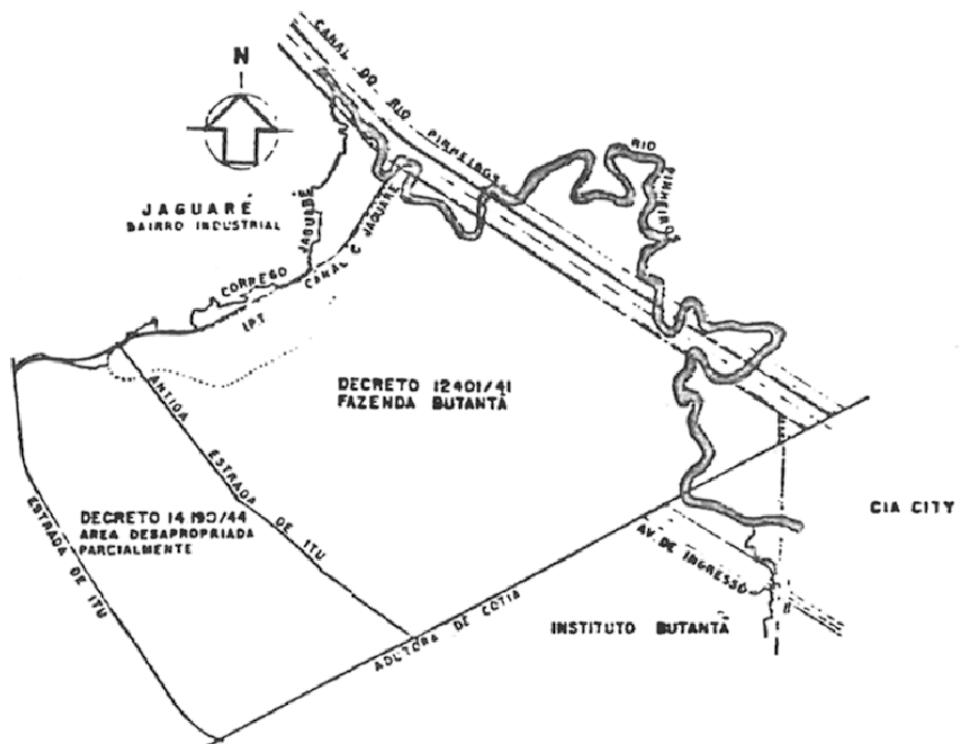


Figura 1: Mapa com a base fundiária do Campus USP-Capital Butantã. Fonte: PD 2001.

a maneira como se concebia um campus e a visão de mundo dos que estiveram à frente do processo de construção.” A criação do Fundo para Construção da Cidade Universitária, em 1960, conferiu regularidade ao financiamento e marcou uma das fases mais produtivas de sua implantação.

Planos e projetos

A concepção do campus da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (CUASO) fundamentou-se na morfologia corbusiana - concepção desenvolvida por Le Corbusier, caracterizada pela racionalidade, princípios geométricos, espaços fluidos e pelo uso de pilotis-, bem como na proposta de Thomas Jefferson para a Universidade da Virgínia, marcada pela localização afastada do meio urbano, por extensas áreas verdes e por espaços não edificados, favorecendo a criação de um ambiente acadêmico isolado (BUFFA; PINTO, 2016). Segundo os autores, os edifícios no CUASO foram distribuídos sem demarcações rígidas, circundados por “áreas de bem coletivo” — verdes e generosas, com potencial para interação social — articuladas por um sistema viário hierarquizado. Tal organização espacial refletia o espírito desenvolvimentista e o urbanismo rodoviarista², aproximando-se conceitualmente do modelo de Brasília.

Segundo Cabral (2004), nos anos 1940 surgiram diversas propostas e planos urbanísticos para o campus, alguns propunham eixos de simetria e arquitetura historicista, como os elaborados pelos arquitetos Hipólito Pujol Jr. e Oscar De Filipe. Embora não tenham sido implantados, influenciaram o plano de 1954, que introduziu o eixo da atual Av. da Universidade. Nas décadas de 1950 e 1960, destacaram-se os projetos concebidos pelos arquitetos Hélio Duarte e Ernest Mange no Plano de Ação (1959-1963), que introduziram um urbanismo funcionalista, com zoneamento universitário, privilegiando

² O espírito desenvolvimentista refere-se ao conjunto de ideias e práticas pautadas na crença de que o desenvolvimento econômico e a modernização são caminhos para o progresso social. Já o urbanismo rodoviarista designa um modelo de planejamento urbano centrado na primazia do automóvel e na expansão da infraestrutura viária.

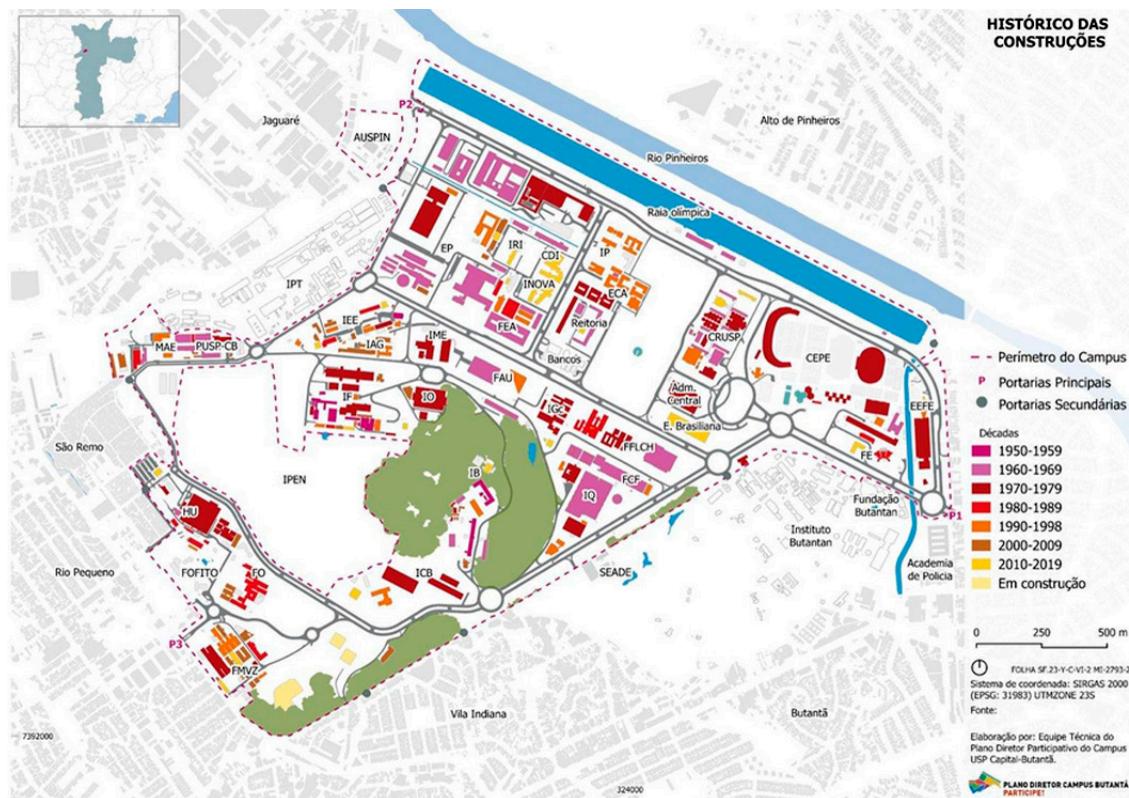
³ No urbanismo a expressão “core” é utilizada para indicar a área central de circulação, serviços ou atividades essenciais, em torno da qual se organiza o restante do espaço.

o automóvel. Nesse período, também surgiu a proposta de criação de uma centralidade simbólica — um “core”³ da universidade —, vislumbrado pelo arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico da USP em 1962, destinado a reunir a comunidade (ROSSI, 2022; BUFFA; PINTO, 2009).

Ao final, a ocupação do campus teve início na década de 1950, com a construção dos primeiros edifícios, como os do Instituto de Biologia e de Física. Entre 1960 e 1963, o campus expandiu-se significativamente com obras da Escola Politécnica, da Reitoria, do Conjunto das Químicas, dos edifícios de História e Geografia, do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), do Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPEUSP), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Instituto Oceanográfico. No período de 1969 a 1973, durante a gestão do Sr. Reitor Miguel Reale e no contexto da ditadura, foram criadas novas unidades, como o Instituto de Psicologia (IP), a Faculdade de Educação (FE) e a FFLCH, transferida da Rua Maria Antônia para o Butantã, inicialmente instalada em galpões provisórios conhecidos como "Barracões". Em 1983, dois blocos do CRUSP foram demolidos, dando lugar a construções conhecidas como "colmeias", que abrigaram temporariamente o curso de Letras da FFLCH.

Figura 2: Mapa com o avanço construtivo do Campus por décadas. Fonte: SEF planilha dos edifícios. Elaboração: GT Patrimônio PDP 2024.

Na década de 1970, o Instituto de Geociências foi o primeiro a utilizar blocos modulares, modelo que se tornou padrão no campus até os anos 2000. Como mostra a Figura 2, nos anos de 1980, 80% do campus já estava consolidado, e seu território era utilizado como área de lazer pela população externa.



No século XXI, durante a gestão do Reitor Adolpho Melfi (2001-2005), iniciou-se o projeto da Praça dos Museus, projeto elaborado pelo Arquiteto Paulo Mendes da Rocha, interrompido em 2018. Durante a gestão do Reitor João Grandino Rodas (2010–2013), foram realizados novos investimentos na infraestrutura, destacando-se a construção da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, do Centro de Difusão Internacional (inaugurado em 2016), do Inova USP (inaugurado em 2018) e do Centro de Convenções, com obras paralisadas.

Os Planos Diretores ganharam maior relevância a partir da década de 1990, voltando-se ao ordenamento da expansão e controle das novas construções. Desde então, foram elaborados quatro planos, sendo que somente três deles receberam aprovação formal do Conselho Universitário.

Segundo a FUNDUSP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1994), o Plano Diretor de 1994 estabeleceu diretrizes para o gerenciamento, controle e uso racional do campus, estruturadas em três eixos: (1) preservação patrimonial e predial; (2) paisagem e meio ambiente; e (3) infraestrutura e circulação. Também definiu o zoneamento para áreas livres, circulação, infraestrutura, edificações e lazer, priorizando reformas em detrimento de novas construções.

O Plano de 1998 enfatizou a regularização fundiária, avaliando perdas de áreas por sessões desde 1950. Introduziu medidas de controle, como cercamento e restrição de acessos, e endureceu os índices urbanísticos, estabelecendo T.O.: 0,1; C.A.: 0,2; recuos de 10 m das divisas e 18 m das vias. O campus foi organizado em zonas de preservação, de uso específico e áreas remanescentes, consolidando uma divisão funcional mais rigorosa (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1998).

O Plano de 2001, embora não aprovado pelo Conselho Universitário, consolidou a Coordenadoria do Espaço Físico da USP (COESF) e estruturou o modelo de governança do espaço. Priorizou transporte público e circulação de pedestres, propondo crescimento ordenado, restrição de estacionamentos abertos, incentivo ao uso de bicicletas e integração com o transporte coletivo. Introduziu as “áreas de vivência” e revisou os índices urbanísticos, passando a T.O.: 0,2; C.A.: 0,5; altura máxima de 27 m (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2001).

O Plano de 2013 atualizou as diretrizes anteriores, reforçando prioridade para pedestres, transporte público, áreas verdes e preservação de bens culturais. Manteve os índices urbanísticos (Ver Tabela 1) e propôs a articulação das vivências por caminhos integrados, alinhando-se ao Plano de Mobilidade do Município de São Paulo, preservando remanescentes viários e introduzindo um Plano Diretor Energético (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2013).

Tabela 1: Índices Urbanísticos dos Planos Diretores CUASO. Fonte: Universidade de São Paulo. Grupo de Trabalho de Patrimônio Material, Cultural e Ambiental (2024).

Instrumento	Taxa de Ocupação (T.O.)	Coeficiente de Aproveitamento (C.A.)	Gabarito	Recuos
PD CUASO 1998	0,1	0,2	27	10 m divisas e 18 m vias
PD CUASO 2001	0,2	0,5	27	10 m divisas e 18 m vias
PD CUASO 2013	0,2	0,5	27	10 m divisas e 18 m vias

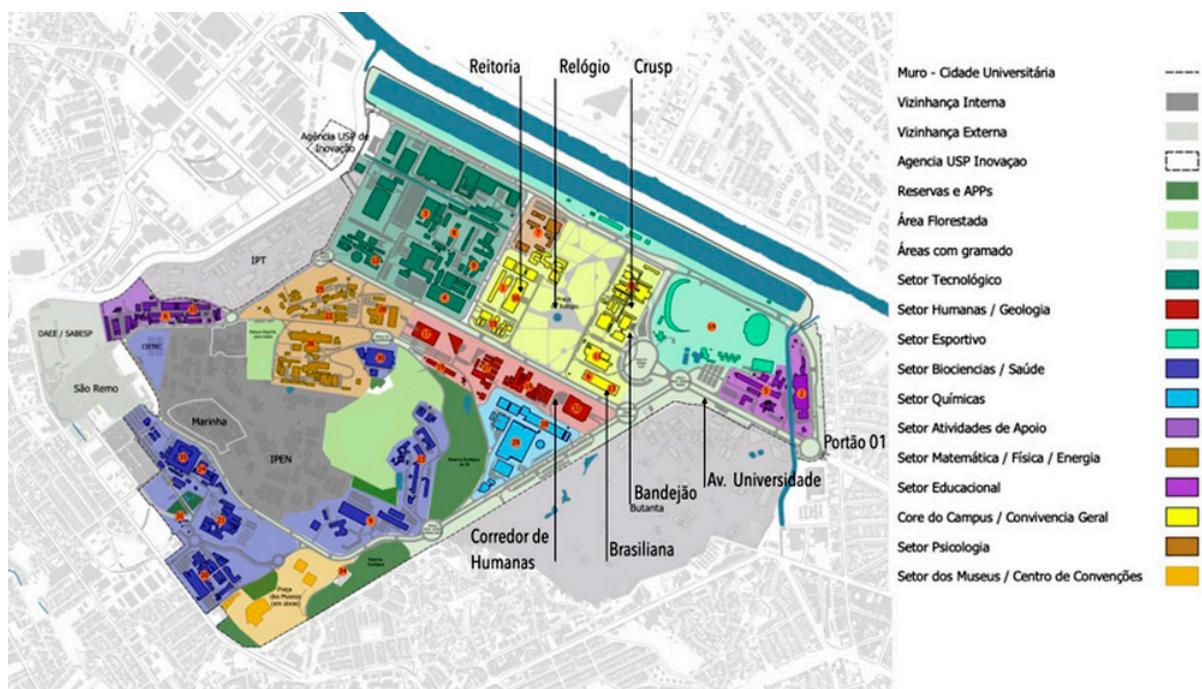
Apesar dos avanços promovidos por esses instrumentos, os desafios persistem desde os anos 1990, incluindo a qualificação das áreas de vivências, o ordenamento da expansão, a revisão da matriz energética, a preservação ambiental e a integração ao transporte público.

O Campus USP Capital - Butantã

Apesar da diversidade de planos, intenções e contextos históricos, a ocupação do CUSP-CB revela alguma homogeneidade em relação a baixa densidade, amplas áreas verdes, um sistema viário generoso e a presença de um eixo monumental que conecta o Portão 1 à Av. da Universidade, articulando marcos simbólicos como a Torre do Relógio e a Reitoria. No entanto, para o usuário, essa paisagem revela-se dispersa, devido à percepção das grandes distâncias, às descontinuidades e às barreiras físicas resultantes da distribuição das unidades acadêmicas e dos cercamentos que restringem a permeabilidade pedonal. Nesse cenário, o sistema viário, concebido principalmente para automóveis, não favorece a mobilidade ativa e a topografia acentua a segregação setorial, entre a várzea do Rio Pinheiros e a colina — onde se localizam o Hospital Universitário e as áreas de ciências biológicas e biomédicas — reforçando divisões espaciais dentro do campus.

A ocupação respondeu à topografia, ver Figura 3: na várzea, os edifícios se distribuíram de maneira mais contínua abrigando os Setores Tecnológico, Setor de Psicologia, Core do Campus, Setor Esportivo e Setor Educacional; no platô intermediário, consolidou-se de forma linear, o denominado “corredor das humanas” com os Setores de Humanas e Geologia, Setor de Químicas, Setor de Matemática, Física e Energia; e, nas áreas mais íngremes, a ocupação ocorreu de forma descontínua com os setores de Biociência, Saúde, Apoio e Museus.

Figura 3: Mapa de setorização.
Fonte: Plano Diretor USP - 2013.
Elaboração: GT Patrimônio PDP 2024.



O fato de não ter seguido um modelo tradicional de parcelamento urbano, a adoção de um campus de baixa densidade, com edifícios isolados, produziu extensas áreas livres verdes como espaços ambientalmente significativos. Nesse sentido, vale relacionar a dimensão social e pedagógica do planejamento (TURNER, 2001), quando se enfatiza a importância dos espaços abertos, da circulação eficiente e da flexibilidade das áreas para futuras expansões, de modo a integrar as atividades acadêmicas, a vida estudantil e a própria evolução do campus. Atributos qualitativamente positivos, identificados no processo de diagnóstico do PDP 2024.

Por outro lado, a dispersão espacial também contribuiu para uma sociabilidade intraunidades, reforçada pela ausência de uma centralidade. A quadra entre o CRUSP e a Brasiliiana, onde se concentram o restaurante universitário — bandejão — e o comércio informal, permanece subutilizada como espaço de convivência e não cumpre esse caráter simbólico e funcional.

Como observa Cabral (2004), mesmo após a fundação da USP e a unificação dos institutos, o ensino superior manteve-se fragmentado, com escolas profissionais física e academicamente isoladas, característica reiterada pela proposta urbanística. A rotina de longos deslocamentos entre salas, bibliotecas e locais de alimentação exige o uso de ônibus — cuja oferta é insuficiente —, dificultando a mobilidade interna.

Ainda assim, os usuários criam percursos alternativos, atalhos e pontos de pausa que tensionam o traçado original, originando microterritórios de convivência. O Plano Diretor de 2001 buscou responder a essas questões ao propor uma rede de caminhos para pedestres articulada a centros de vivência, reconhecendo a necessidade de reconectar o espaço físico ao cotidiano sob a ótica do pedestre.

Outro desafio enfrentado pelo campus é o enclausuramento. Circundado por instituições autônomas — como IPT, IPEN e Instituto Butantan —, pela Marginal Pinheiros e por bairros consolidados, o território tornou-se isolado de seu entorno. Apesar disso, sua integração funcional com a cidade é inevitável: o campus é rota de automóveis e espaço de lazer para os munícipes. Essa condição ambígua — segregada e absorvida — foi tratada no PDP 2024, que buscou equilibrar as forças entre campus e cidade, enfrentando desafios históricos de mobilidade, acessibilidade e fragmentação urbana.

O patrimônio cultural do Campus USP Capital Butantã

O Campus USP Butantã reúne uma diversidade de bens culturais que expressam não apenas sua formação institucional, mas também a história social, política e científica do país. O conjunto abrange edificações, objetos, acervos, elementos naturais, saberes e lugares que condensam memórias e significados construídos por estudantes, docentes, funcionários e visitantes ao longo de sua consolidação.

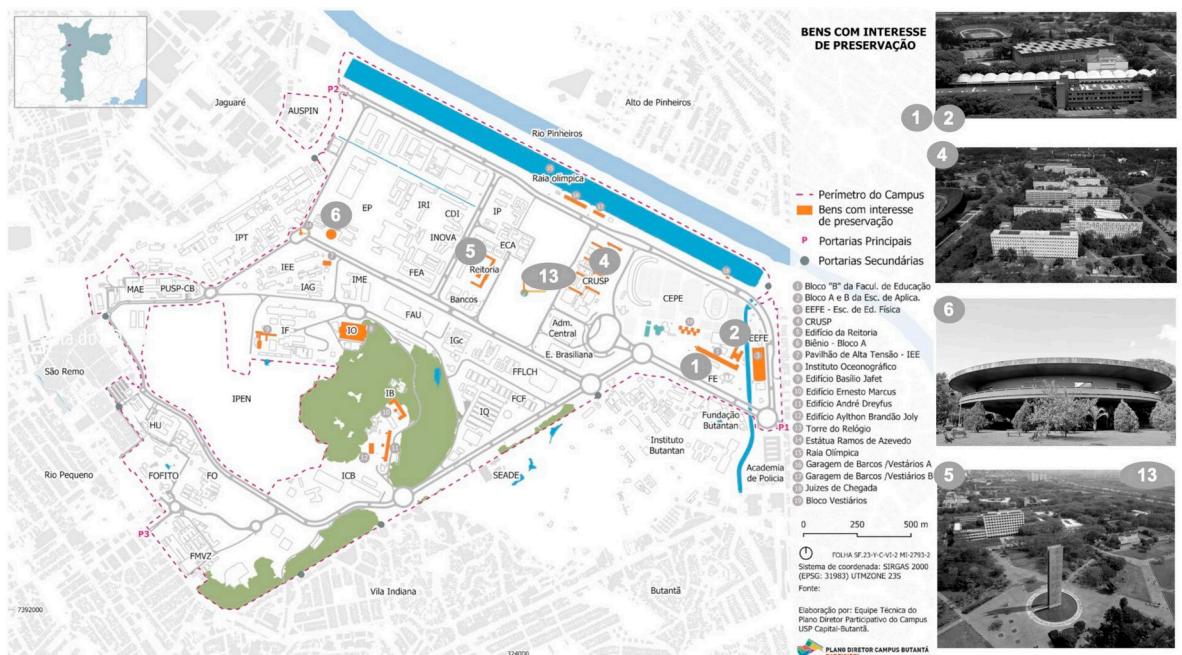
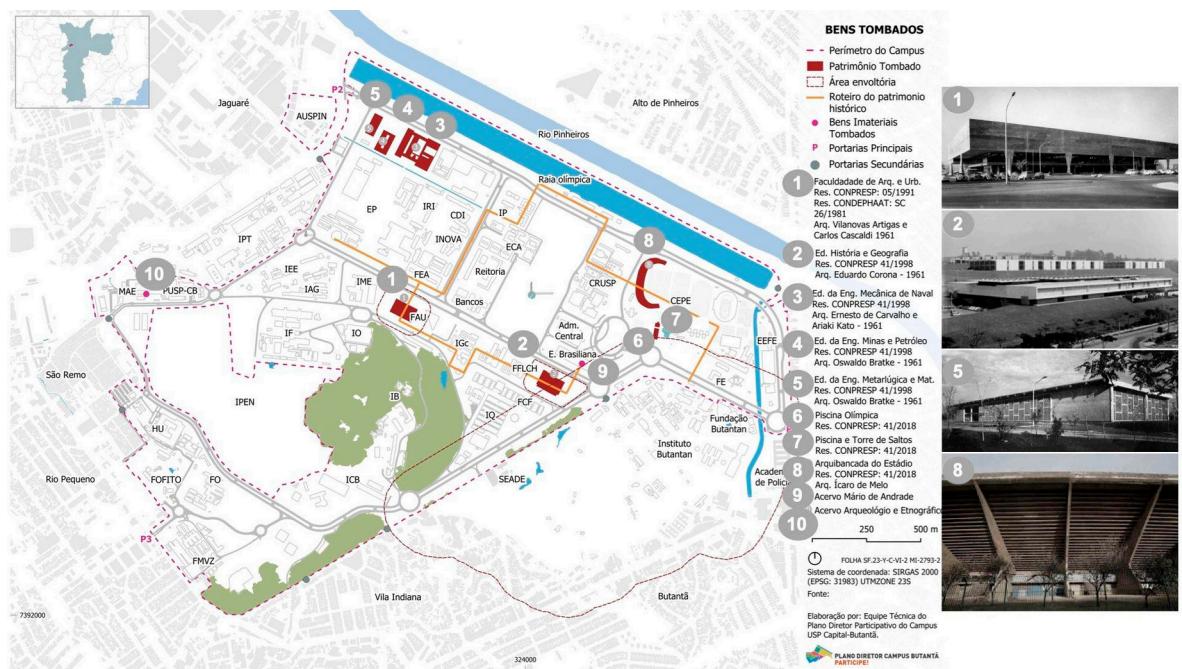
Esse acervo inclui importantes exemplares da Arquitetura Moderna Paulista, reconhecidos como patrimônio tombado. Segundo Fernandes (2018), especialista do Centro de Preservação Cultural (CPC) da USP, e conforme o Programa de Preservação Cultural da USP (PRCEU, 2017), tais bens refletem uma forma moderna de pensar a arquitetura, a cidade e os espaços educacionais. De acordo com o CPC, os bens tombados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de

Figura 4: Mapa de Bens Tombados e Referências Culturais. Fonte: SEF-USP – Superintendência do Espaço Físico, Plano Diretor 2013, CONPRESP.

Figura 5: Mapa com bens de interesse à preservação. Fonte: SEF-USP – Superintendência do Espaço Físico.

São Paulo (CONPRESP) incluem os edifícios da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, História e Geografia, Engenharias Mecânica e Naval, Minas e Petróleo, Metalúrgica e Materiais, além da Piscina Olímpica, Torre de Saltos e Arquibancada do Estádio do CEPEUSP, indicados na Figura 4.

Além destes bens tombados, há 18 edifícios de interesse para preservação listados anteriormente no PD-CUASO 2013 (Figura 5), referendados em 2024. Além dos bens materiais, há outros três tombamentos de bens imateriais importantes: o Acervo Arqueológico e Etnológico do MAE, a Coleção Mário de Andrade do IEB e o acervo do MAC.



Contudo, esses bens oficialmente reconhecidos, representam apenas uma fração do rico patrimônio cultural da USP, insuficientes para abranger suas múltiplas manifestações culturais (BARBOSA; FERNANDES, 2020).

As Oficinas participativas do PDP 2024 (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2024), indicaram alguns pontos de atenção como a necessidade de divulgar o patrimônio material e imaterial da Universidade, preservar o edifício “Barracões” como Museu da História da Universidade, sinalizar bens e percursos, revisar monumentos que não representem os valores da comunidade acadêmica e incentivar práticas acadêmicas de preservação. Também ressalta a importância de reconhecimento e valorização dos costumes e práticas tradicionais, incluindo a origem indígena do campus e a criação de espaços de convívio, como a fogueira.

Gestão patrimonial

Durante a fase de diagnóstico, identificou-se a carência de dados consistentes sobre edificações e infraestruturas e a necessidade de maior interlocução entre as instâncias institucionais de gestão do campus — Unidades, Superintendência do Espaço Físico (SEF) e Prefeitura do Campus —, que atuam em diferentes escalas e, por vezes, apresentam sobreposições ou lacunas de funções. Verificou-se que apenas levantamentos específicos permitirão criar indicadores e métodos adequados para monitorar e avaliar a gestão da manutenção, reformas e ampliações dos edifícios. Este é um dos desafios mais críticos, pois políticas, planos e obras dependem de gestão articulada e dados unificados.

O Plano Diretor de 2001 avançou ao criar a Coordenadoria do Espaço Físico (COESF), atual SEF, que passou a exigir aprovação prévia para alterações edilícias. Contudo, persiste uma controvérsia: as Unidades e Órgãos possuem autonomia administrativa e, em alguns casos, realizam modificações sem aprovação da SEF, em função de recursos expeditos e exigências de agências de fomento. Essa prática desrespeita o patrimônio edilício e urbano, tratando os edifícios como plataformas expansíveis de pesquisa, sem critérios claros de uso e ocupação.

Nas oficinas, vários temas em relação ao patrimônio, foram apontados pela comunidade: destacam-se questões como o acesso da comunidade externa às edificações, horários de funcionamento, melhorias na acessibilidade edilícia e urbana, definição de diretrizes construtivas sustentáveis com eficiência hídrica e energética, revisão de espaços subutilizados dos edifícios, adequação de áreas de ensino, pesquisa, extensão e convivência, precariedade de banheiros e alta densidade das salas de aula.

No âmbito urbano, a abertura do campus aos fins de semana foi amplamente debatida com atividades de visitação aos equipamentos culturais e esportivos. Apesar das controvérsias na gestão da Prefeitura da USP, reconheceu-se que o acesso público pode fortalecer a integração do CUSP-CB à cidade e divulgar a produção científica e cultural da Universidade.

Quanto aos objetivos gerais do PDP 2024 em relação ao patrimônio, estes se alinham à Resolução nº 7.465/2018, que regulamenta as Políticas e Planos Ambientais da USP. Entre as ações, destacam-se a incorporação dos princípios ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa), a meta de emissão zero de gases de efeito estufa, o sequestro

de carbono, o uso de soluções baseadas na natureza e a integração arquitetônica das novas intervenções com o patrimônio existente. Dentro desta temática, o conceito de sustentabilidade, utilizado no PDP 2024, remete-se à inviabilidade, ou insustentabilidade de um modelo baseado no crescimento ilimitado (MEADOWS, 1972). Aplicado ao campus, essa máxima aplica-se na contenção do crescimento construtivo desordenado e na obsolescência dos edifícios, que contrastam com a criação contínua de novos espaços acadêmicos e de pesquisa, gerando um ciclo insustentável de abandono patrimonial. O PDP 2024, portanto, prioriza a manutenção e reforma dos edifícios existentes, sem ampliação de área construída, fortalecendo os Planos Diretores das Unidades (PDUs), que devem justificar a necessidade de novas áreas.

Com isso, busca-se instaurar um ciclo virtuoso e sustentável de gestão patrimonial, em que as necessidades são concebidas, executadas e desativadas de modo integrado, garantindo sustentabilidade econômica, social e ambiental ao longo do ciclo de vida dos projetos e da própria Universidade pública.

Na análise técnica do Grupo de Trabalho de Patrimônio Material, Cultural e Ambiental (USP, 2024), destacou-se também a necessidade de avaliação da capacidade dos edifícios de se adaptarem além das novas demandas acadêmicas, às mudanças climáticas e à sustentabilidade edilícia, tendo como referência mínima a norma de desempenho, ABNT NBR 15.575/2015, que, embora voltada a edificações habitacionais, fornece parâmetros compatíveis com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

As oficinas também indicaram a necessidade de normas claras para reformas e construção de novos edifícios, incluindo manutenção, com base no ciclo de vida útil, adoção de práticas circulares e avaliações periódicas. Em um levantamento preliminar realizado com as Unidades apontou-se que, cerca de 60% dos 50 complexos avaliados, requerem manutenção urgente (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2024), conforme Tabela 2, evidenciando um panorama crítico do patrimônio construído.

Tabela 2: Consulta às Unidades/Instituições sobre a necessidade de manutenção. Fonte: Formulário resposta GT Coordenação. Julho 2024.

Situação	N. Un.	%
Não há necessidade de manutenção	3	5,17%
Necessidade Básica (pintura e revestimentos)	2	3,45%
Necessidade Média (cobertura parcial, reforma sanitários, revisão de ocupação e mobiliário, reforma parcial de elétrica)	16	27,59%
Necessidade Alta (cobertura total, reparos estruturais, reforma de sanitários e instalações hidráulicas, revisão de ocupação e mobiliário, reforma elétrica, pintura e revestimentos em geral)	34	58,62%

Em relação aos bens tombados, identificou-se uma preocupação da comunidade em relação a contratação de mão de obra especializada para uma manutenção adequada e a adaptação de novos usos com respeito às normas protecionistas, sendo esse equilíbrio essencial para interromper os processos de degradação. Nesse contexto, Taralli e Campôlo (2009), ao citarem Choay (2001), alertam para a relação entre o uso dos edifícios e seu desgaste, ressaltando que, ao se realizar reformas, é essencial garantir que o uso ocorra dentro dos limites da capacidade da edificação, evitando deterioração que comprometam sua integridade.

Nessa mesma perspectiva, Braga (2003) apresenta questões essenciais a serem consideradas nos procedimentos de manutenção do patrimônio cultural. Segundo a autora:

Como garantir a manutenção da autenticidade do bem e a atualidade da intervenção proposta? Como preservar a representação da memória coletiva atendendo a interesses individuais? Como eleger o que deve, ou não, ser mantido e preservado? Enfim, todas essas questões, entre outras, permeiam o projeto de conservação/restauração do bem imóvel. (BRAGA, 2003, p.19)

Esse apontamentos ressaltam a importância de um planejamento integrado, capaz de articular a preservação patrimonial à funcionalidade contemporânea, assegurando que as intervenções respeitem a integridade histórica e estrutural dos edifícios. Tal abordagem requer, além de recursos técnicos especializados, uma visão sensível às especificidades de cada construção, aspectos que devem estar contemplados nos PDUs.

Diretrizes e propostas

Para o encaminhamento das propostas do PDP 2024, foram identificados pontos estratégicos de cada GT, que se articulam transversalmente. Esses elementos subsidiaram a definição de uma estrutura temática composta por: Caminhos e Encontros; Patrimônio Edificado e Áreas Verdes; Infraestrutura e Serviços; Campus Parque Multiespécies e Paisagem Cultural; Campus e a Cidade; e Gestão do Plano.

Cada tema foi desdobrado em diretrizes, e para cada uma delas foram apresentados ao menos dois cenários, com seus respectivos prós e contras, destinados ao debate nas oficinas participativas de proposição. Os temas e diretrizes que abordam questões de patrimônio material arquitetônico e urbanístico estão detalhados na Tabela 3.

Para demonstrar o processo dessa fase, a exemplo do Eixo 2 - Patrimônio Edificado e Áreas Verdes, Diretriz 2B, que tratou da qualificação do patrimônio, leia-se: qualificação das edificações e o espaço urbano, preservando as qualidades arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e ambientais, equalizando o espaço existente com as necessidades atuais e futuras, alinhando-se à economia circular e à sustentabilidade. Como justificativa identificou-se a falta de manutenção, segurança e conservação, problemas de acessibilidade, uso inadequado dos espaços, falta de adaptação às condições climáticas e ausência de Plano Diretor das Unidades. Nesse sentido foram propostos dois cenários: um com ações integradas de manutenção do tipo *facilities*⁴,

⁴ "Facilities" – termo em inglês que corresponde a ações que envolvem tudo o que é necessário para manter o ambiente funcional, seguro, confortável e sustentável para seus usuários — tanto na parte operacional quanto na estratégica.

Tabela 3: Temas e diretrizes das oficinas de propostas, que trabalharam transversalmente com patrimônio. Fonte: PDP 2024 FASE 2 PROPOSTA. Disponível em: <<https://planodiretor.cb.usp.br/#>>. Acesso 06-09-2025. Elaboração: a autora.

sob responsabilidade da SEF, com a obrigatoriedade de construção e aprovação do PDU e outra mantendo a autonomia das Unidades - o que reforça em alguma medida o formato atual - e obrigatoriedade de execução do PDUs.

Cada cenário foi apresentado nas oficinas e a comunidade se manifestou em cada um deles. Neste caso, a primeira proposta foi eleita e consolidou o Título VIII da Minuta da Resolução.

2- PATRIMÔNIO EDIFICADO E ÁREAS VERDES
(2A) PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL - Preservar o patrimônio edificado, urbanístico, paisagístico e ambiental.
(2B) QUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO - Qualificar as edificações e o espaço urbano, buscando a melhoria nas condições de ensino, Equalizar o espaço existente com as necessidades atuais e futuras, alinhando-se à economia circular e sustentabilidade
(2C) DESTINAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES - Definir o destino das áreas livres para espaços de convivência, compensação ambiental, corredor ecológico, áreas para infraestrutura de saneamento ambiental e energética, áreas para ampliação das Unidades, circulação, mobiliário urbano, experimentos científicos, serviços, alimentação e lazer.
(2D) GESTÃO DE PATRIMÔNIO E ÁREAS LIVRES - Estabelecer novos acordos entre as instâncias que cuidam do patrimônio do Campus nas suas diferentes escalas e hierarquias: Unidades, Superintendências, Prefeitura do Campus (PUSP) e Reitoria.
4- CAMPUS PARQUE MULTIESPÉCIES E PAISAGEM CULTURAL
(4A) USO COMPARTILHADO DO CAMPUS - Definir de que maneira os espaços livres, reservas, edificações de interesse arquitetônico e acervo cultural devem ser usados e compartilhados pela comunidade uspiana e público externo, fortalecendo seu valor enquanto refúgio urbano
(4B) PERÍMETRO - Definir um perímetro para o setor do Campus a ser compartilhado entre Comunidade USP e/ou usuários externos para atividades de Lazer, Cultura e Esporte junto aos Caminhos e Maciços Verdes, buscando conciliar com os espaços destinados à Pesquisa, Ensino e Extensão e Fluxo viário.
(4C) PAISAGEM CULTURAL - Promover e aprimorar Circuito de Museus, Arte, Arquitetura, Cultura e Acervo Científico, bem como valorizar o acervo cultural do Campus fortalecendo o conceito de Paisagem Cultural junto com o Campus Parque
5- CAMPUS E A CIDADE
(5A) LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - Inserir a regulação urbanística do Campus de forma mais precisa na Legislação Municipal com a aprovação de um Plano de Intervenção Urbana em conjunto com Instituto Butantan, o IPT e o IPEN.
6- GESTÃO DO PLANO DIRETOR
(6A) MECANISMOS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR - Implementar formas de gestão e monitoramento que propiciem a efetivação das diretrizes do Plano Diretor.

Consolidação

A consolidação do processo resultou em uma Minuta da Resolução, para aprovação no Conselho Universitário da USP. É importante criar um parênteses aqui em relação a discussão sobre eficiência ou não do planejamento e dos Planos Diretores, citando Villaça (2005), que trouxe a crítica aos PD Municipais, colocando luz na disputa de classes por localização, ou do papel dos processos participativos populares como elemento essencial para que esses instrumentos cumpram sua função democrática (TORRES RIBEIRO; ROLNIK, 2011). Essa reflexão aplicada ao histórico de construção do CUSP-CB, que conviveu com camadas de projetos e planos tecnicistas, sendo o de 2001 parcialmente participativo, inaugurou em 2024 uma experiência que avançou ao incorporar a representatividade da comunidade universitária na construção do PDP 2024, por meio de uma escuta qualificada, sedimentada pelo apoio técnico, resultando em propostas pactuadas.

Ao final, os temas foram subdivididos e/ou renomeados na fase de consolidação. Caminhos e Encontros permaneceu igual e com o mesmo objeto; Patrimônio Edificado e Áreas Verdes foi substituído e subdividido em Ambiência e Patrimônio Cultural e Zoneamento Interno; o eixo Campus Parque Multiespécies e Paisagem Cultural foi renomeado por Áreas Verdes e Campus Parque Multiespécies; o eixo Campus e Cidade permaneceu igual, assim como o eixo Infraestrutura e Serviços.

O eixo Gestão do Plano Diretor, que apareceu nas oficinas de propostas timidamente, foi ampliado na consolidação, passando a compor todo o Sistema de Planejamento, Gestão e Governança do Campus, criando duas instâncias de gestão: Instância de Planejamento Ambiental e Territorial (IPAT), um Órgão de Operação Centralizada (OOPEC) e um sistema de Banco de Dados Georreferenciados em uma Plataforma Única (GeoCampus).

A Tabela 4 a seguir faz uma relação entre as diretrizes e propostas acolhidas nas oficinas de propostas e o texto da Minuta, no que tange ao Patrimônio. Nele, cada eixo foi incorporado como Título, Cada diretriz como Capítulo e cada proposta como Artigo.

Cabe também ressaltar que a eficiência ou não da implementação do plano está intimamente ligada aos mecanismos de gestão e monitoramento, vislumbrados no texto. A consolidação da Diretriz (2B) - QUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO, se deu no TÍTULO VIII — SISTEMA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E GOVERNANÇA DO CAMPUS, CAPÍTULO IV — Atribuição de Competências do IPAT, OOPEC, Unidades ou Órgãos (Artigo 75 da Minuta) e no CAPÍTULO VII — Planos Diretores das Unidades (PDUs) (Artigo 78 da Minuta).

(2A) PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	TÍTULO III — AMBIÊNCIA E PATRIMÔNIO CULTURAL Capítulo I - Ambiência e Patrimônio Cultural > Artigo 16, Artigo 17 Artigo 18- Artigo 19
(2B) QUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO	TÍTULO VIII — SISTEMA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E GOVERNANÇA DO CAMPUS Capítulo IV - Atribuição de Competências do IPAT, OOPEC, Unidades ou Órgãos > Artigo 75 Capítulo VII - Planos Diretores das Unidades (PDUs) > Artigo 78
(2C) DESTINAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES	TÍTULO V — ZONEAMENTO INTERNO Capítulo I - Zoneamento Interno > Artigo 36, Artigo 37, Artigo 38 e Artigo 39
(2D) GESTÃO DE PATRIMÔNIO E ÁREAS LIVRES	TÍTULO VIII — SISTEMA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E GOVERNANÇA DO CAMPUS Capítulo II - Operação dos Serviços e da Infraestrutura no Campus > Artigo 71, Artigo 72
(4A) USO COMPARTILHADO DO CAMPUS	TÍTULO IV — ÁREAS VERDES E CAMPUS PARQUE MULTIESPÉCIES
(4B) PERÍMETRO	Capítulo III - Perímetro do Campus Parque > Artigo 31, Artigo 32
(4C) PAISAGEM CULTURAL	
(5A) LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	TÍTULO VI — CAMPUS E A CIDADE > Artigo 46
(6A) MECANISMOS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR	TÍTULO VIII — SISTEMA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E GOVERNANÇA DO CAMPUS > Artigo 69

Tabela 4: Diretrizes e Propostas transformadas na Minuta da Resolução, relacionando diretriz com texto final da Minuta. Fontes: PDP 2024 FASE 2 PROPOSTA. Disponível em: <<https://planodiretor.cb.usp.br/#>>. Acesso 06-09-2025 e Minuta da Resolução apresentada para a 84ª Sessão Ordinária do Conselho Gestor 14 de Novembro de 2024. Elaboração: a autora.

Conclusão

As questões tratadas neste artigo evidenciam as especificidades da sustentabilidade do patrimônio cultural identificadas durante a elaboração do PDP 2024, com base em levantamentos técnicos e contribuições das oficinas participativas registradas no site do Plano Diretor Campus Butantã.⁵

A análise dos dados coletados pelo Grupo de Trabalho de Patrimônio Material, Cultural e Ambiental (USP, 2024) evidenciou as transformações no campus decorrentes do crescimento da cidade, que simultaneamente influencia e é influenciado por ela. Concluiu-se que sua materialidade, concebida como um projeto moderno de universidade, revelou-se deficiente sob determinados parâmetros, mas demonstrou resiliência ao incorporar novos modos de percepção e vivência dos espaços.

No desenvolvimento do trabalho, a investigação sobre o patrimônio gerou proposições centrais, entre as quais se destaca a importância de mecanismos de planejamento, controle e gestão, o IPAT, a OOPEC e o Banco de Dados Georreferenciados (GeoCampus).

Esses mecanismos foram considerados essenciais para a legitimação, implementação e monitoramento do PDP 2024. Trata-se do primeiro Plano Diretor da USP a propor um sistema integrado de planejamento, operação e centralização de dados, configurando a necessidade de um debate político nas instâncias institucionais, com impactos diretos na gestão da PUSP, da SEF e das Unidades. Contudo, a proposta foi questionada pelo setor jurídico por sobreposição de funções e na votação da Resolução, acabou sendo suprimida. Outra conquista refere-se à proposta de desenvolvimento de PDUs, direcionando o desenvolvimento de planejamentos sustentáveis, valorizando a preservação das estruturas existentes — especialmente bens tombados — e sua adaptação às novas demandas pedagógicas e climáticas.

O terceiro ponto diz respeito à delimitação das áreas livres, frequentemente objeto de disputas entre Unidades, institutos e órgãos da USP. Essa definição estabeleceu critérios objetivos para a ocupação das áreas remanescentes, subordinando qualquer intervenção aos mecanismos de gestão existentes.

Um quarto avanço envolve a definição de projetos estratégicos, especialmente nas Zonas Especiais Centro Campus e Campus Parque. A primeira retoma o “core” do campus como espaço de sociabilidade, qualificando áreas como as colmeias, o bandejão, o local de exposições e a administração. A segunda Zona proposta reativa o Parque Linear na Avenida da Raia Olímpica (Av. Prof. Mello de Moraes), reafirmando a intenção de abrir o campus para a cidade de São Paulo, com infraestrutura adequada.

O quinto ganho que merece destaque é que pela primeira vez, um Plano Diretor da USP contempla o patrimônio cultural imaterial, reconhecendo as atividades e acervos como bens de interesse de preservação.

Ao final, no caso da USP, o processo participativo do PDP 2024 avançou ao incorporar a representatividade da comunidade universitária por meio de um diálogo que qualificou o embasamento técnico do plano, buscando melhorar a qualidade dos espaços e da vivência no campus, favorecendo as atividades-fim da Universidade e preservando o campus como espaço social e culturalmente construído. Por meio dessa construção coletiva, a USP reafirma-se como espaço dinâmico e inclusivo, capaz de atender às demandas da comunidade e contribuir significativamente para a sociedade.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15575: edificações habitacionais — desempenho*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- BARBOSA, J. P.; CARVALHO, B. B.; FERNANDES, G. A. Entre gritos de “canalha” e painéis pré-fabricados: desafios para reconhecimento e salvaguarda do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo como patrimônio cultural universitário. In: NÚCLEO DOCOMOMO SÃO PAULO (org.). *Tópicos sobre arquitetura moderna [livro eletrônico]: ampliando o debate e a reflexão sobre sua difusão, 1930-1980*. São Paulo: Núcleo Docomomo São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://docomomosp.org/publicacoes/topicos-sobre-arquitetura-moderna>>. Acesso em: 16 out. 2025.
- BRAGA, M. *Conservação e restauro: arquitetura brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá; Editora Rio, 2003. 129 p. ISBN 8575790471; 9788575790472.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 8 de agosto de 2000*. Regulamenta o registro e a valorização de bens imateriais, por meio dos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 ago. 2000.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. O câmpus da Universidade de São Paulo. In: PINTO, G. A. (org.). *Arquitetura e educação: campus universitários brasileiros* [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 67-87. ISBN 978-85-7600-374-8. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/5kgsm/pdf/pinto-9788576003748-11.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2025.

_____. O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 67, p. 623-642, out./dez. 2016. DOI: 10.1590/S1413-24782016216742.

CABRAL, N. J. *A Universidade de São Paulo: modelos e projetos*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Editora Unesp, Estação Liberdade, 2001.

FERNANDES, G. de A. Lacunas e destaque na patrimonialização da arquitetura moderna na Universidade de São Paulo: o caso dos edifícios tombados em 2018 pelo Conselho Municipal de Preservação de São Paulo. In: DOCOMOMO BRASIL, 13., 2019, Salvador. *Anais*[...]. Salvador: Docomomo Brasil, 2019. Disponível em: <https://docomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/02/anais_13seminario_docomomo_brasil.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

INSTITUTO BUTANTAN. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)*. CONDEPHAAT, 19 set. 2022. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/pdirbutat.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). A universidade no Brasil: concepções e modelos. Organização de Marilia Morosini. Brasília: INEP, 2006. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/a_universidade_no_brasil_concepcoes_e_modelos.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Carta de Brasília*. Brasília, DF: IPHAN, 1998.

LUCCA NETO, L. de. *Instituto Butantan, Plano de Ação e as disputas institucionais de planejamento (1959-1981)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MEADOWS, Donella et al. *The Limits to Growth*. New York: Universe Books, 1972.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 427, de 1º de agosto de 2019*. Aprova Projeto de Intervenção Urbana para o território do Arco Pinheiros, em atendimento ao inciso IV do § 3º do art. 76 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – PDE; cria a Área de Intervenção Urbana Arco Pinheiros. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17975-de-8-de-julho-de-2023>>. Acesso em: 6 jul. 2025.

_____. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, 31 jul. 2014. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>>. Acesso em: 27 out. 2025.

_____. Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, e revoga a Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 23 mar. 2016.

_____. Projeto de Intervenção Urbana Arco Pinheiros. Nota Técnica. Versão final. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, São Paulo Urbanismo, jul. 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei nº 17.837, de 18 de julho de 2022. Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, 18.jul.2022. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17837-de-18-de-julho-de-2022>>. Acesso em: 27 out. 2025.

PRCEU-USP – Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – USP. *Guia dos bens tombados ou em processo de tombamento da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Centro de Preservação Cultural – USP, ago. 2017.

ROSSI, B.; MONTEIRO, A. M. R. de G. Os projetos do arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira em São Paulo. *Revista Thésis*, v. 7, n. 13, out. 2022. Disponível em: <<https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/download/335/295>>. Acesso em: 16 out. 2025.

RUSP – Reitoria da Universidade de São Paulo. *Resolução nº 7465, de 11 de janeiro de 2018. Política Ambiental da USP*. Disponível em: <<https://sga.usp.br/resolucao-no-7465-de-11-de-janeiro-de-2018>>. Acesso em: 6 set. 2025.

ZEIN, R. V. *Breve introdução à Arquitetura da Escola Paulista Brutalista*. Arquitextos, São Paulo, ano 06, n. 069.01, Vitruvius, fev. 2006. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.069/375>>. Acesso em: 26 out. 2025.

SÃO PAULO. *Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934*. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 26 jan. 1934.

TARALLI, C. H; CAMPÉLO, M. Patrimônio moderno em campus universitário: rearquitetura ou descaracterização? O caso da UFC. In: *SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL*, 7., 2007, Porto Alegre. *Anais* [...]. Porto Alegre: UniRitter, 2009.

TORRES RIBEIRO, A. C.; ROLNIK, R. Planos diretores e participação popular: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2011.

TURNER, R. E. *Campus: An American Planning Tradition*. Cambridge: The MIT Press, 1984.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Prefeitura do Campus da Capital. *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: Prefeitura do Campus da USP, 1985. Disponível em: <<https://puspcb.usp.br/institucional/historia-da-cuaso>>. Acesso em: 6 set. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FUNDUSP. *Plano Físico Diretor da CUASO – Documento Básico*. São Paulo: FUNDUSP, 1994. Disponível em: <https://www.sef.usp.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/05/SP-PD-F%C3%8DSICO-CUASO_1994.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

_____. *Plano de Desenvolvimento Físico da CUASO*. São Paulo: FUNDUSP, 1998. Disponível em: <https://www.sef.usp.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/05/SP-Plano-de-Desenvolvimento-F%C3%ADSICO-da-CUASO_-1998.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. COORDENADORIA DO ESPAÇO FÍSICO DA USP (COESF). *Plano Diretor da CUASO*. São Paulo: COESF, 2001. Disponível em: <<https://www.sef.usp.br/wp-content/uploads/sites/52/2016/07/Plano-Diretor-CUASO-2001.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO (SEF). *Plano Diretor da CUASO*. São Paulo: SEF, 2013. Disponível em: <https://www.sef.usp.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/05/SP-PD-F%C3%8DSICO-CUASO_2013.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Grupo de Trabalho de Patrimônio Material, Cultural e Ambiental. *Leitura crítica técnica e participativa do Grupo de Trabalho de Patrimônio Material, Cultural e Ambiental e diretrizes construtivas e urbanísticas do Plano Diretor Participativo da USP Campus Butantã*. São Paulo: Universidade de São Paulo, jul. 2024. Disponível em: <<https://planodiretor.cb.usp.br/gt-patrimonio-2/>>. Acesso em: 16 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Minuta de Resolução do Plano Diretor Participativo Campus USP Capital Butantã 2024*. São Paulo: Conselho Universitário, mar. 2025. Disponível em: <<https://www.sef.usp.br/sef/plano-diretor-do-campus/>>. Acesso em: 16 out. 2025.

VIGLIECCA H & ASSOCIADOS. *O terceiro território: habitação coletiva e cidade*. São Paulo: Vigliecca & Associados, 2014.

VILLAÇA, F. J. M. *As ilusões do plano diretor*. São Paulo: Edição do autor, 2005.

XAVIER, M. A. *Ocupação do Campus Butantã da Universidade de São Paulo (1934-1954): representações de poder no espaço da universidade*. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Recebido [Set. 07, 2025]

Aprovado [Nov. 10, 2025]